



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, **DE 2026**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, acerca da política pública de concessão de graça, indulto e comutação de penas, dos critérios administrativos adotados e da evolução quantitativa desses benefícios no período compreendido entre 2019 e 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, acerca da política pública de concessão de graça, indulto e comutação de penas, dos critérios administrativos adotados e da evolução quantitativa desses benefícios no período compreendido entre 2019 e 2026.

Com o objetivo de instruir a adequada apreciação deste requerimento e assegurar o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, requer-se o encaminhamento das seguintes informações:

- 1) *Houve alteração, desde 1º de janeiro de 2023, na política pública relativa à concessão de graça, indulto ou comutação de penas? Em caso positivo, informar detalhadamente as alterações promovidas e seus respectivos fundamentos técnicos e jurídicos.*
- 2) *Informar quais normas, portarias, instruções, notas técnicas, pareceres, orientações administrativas ou atos normativos disciplinam atualmente a matéria. Favor Encaminhar cópia dos documentos referidos.*
- 3) *Informar, por ano, entre 2019 e 2026:*
 - a) *quantidade de pedidos protocolados;*
 - b) *quantidade de pedidos deferidos;*
 - c) *quantidade de pedidos indeferidos;*





- d) quantidade de pedidos pendentes de apreciação.*
- 4) Informar o tempo médio de tramitação dos pedidos.*
- 5) Informar se todos os pedidos são precedidos de manifestação técnica do Ministério da Justiça e Segurança Pública.*
- 6) Informar quais unidades administrativas participam da instrução desses processos.*
- 7) Informar todos os Decretos Presidenciais de Indulto editados entre 2019 e 2026.*
- 8) Para cada decreto, informar:*
- a) número de beneficiários;*
 - b) quantidade de indultos concedidos;*
 - c) quantidade de comutações concedidas;*
 - d) quantidade estimada de execuções penais extintas.*
- 9) Informar, em relação aos beneficiários dos decretos:*
- a) regime de cumprimento da pena;*
 - b) natureza dos delitos abrangidos;*
 - c) tempo de pena cumprido;*
 - d) percentual de beneficiários por espécie de crime.*
- 10) Informar os dez crimes mais frequentes entre os beneficiários dos decretos de indulto.*
- 11) Informar se foram realizados estudos acerca dos impactos da política de concessão de graça, indulto e comutação de penas sobre:*
- a) população carcerária;*
 - b) reincidência criminal;*
 - c) sistema penitenciário nacional;*
 - d) execução penal.*





- 12) *Favor encaminhar cópia dos estudos existentes.*
- 13) *Informar qual sistema informatizado é utilizado para o acompanhamento dos pedidos de graça, indulto e comutação de penas.*
- 14) *Informar se existe banco de dados estatístico consolidado acerca dessas concessões. Em caso positivo, encaminhar os relatórios estatísticos disponíveis.*
- 15) *Encaminhar série histórica das informações consolidadas referente aos exercícios de 2019 a 2026 contendo:*
 - a) *número de pedidos de graça;*
 - b) *número de graças concedidas;*
 - c) *número de beneficiários dos decretos de indulto;*
 - d) *número de comutações de pena;*
 - e) *número de execuções penais extintas em razão desses benefícios.*
- 16) *Caso alguma das informações solicitadas esteja sob a guarda de outro órgão da Administração Pública Federal, informar qual é o órgão competente e promover a articulação administrativa necessária para o encaminhamento das informações de forma consolidada.*

Por fim, na hipótese de inexistência de base estatística consolidada para qualquer das informações solicitadas, informar expressamente essa circunstância, indicando as razões da inexistência dos dados, o órgão responsável por sua eventual consolidação e se há estudos ou providências em curso para implementação de sistema de acompanhamento estatístico da matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Compete ao Congresso Nacional acompanhar a implementação das políticas públicas conduzidas pelo Poder Executivo Federal, especialmente aquelas relacionadas ao exercício de competências constitucionais privativas do Presidente da República, entre as quais se inclui a concessão de graça, indulto e comutação de penas, prevista no art. 84, inciso XII, da Constituição Federal.





Nos últimos meses, chegaram ao conhecimento deste Parlamentar informações acerca de possível alteração no volume de concessões desses benefícios. Embora tais informações demandem confirmação por dados oficiais, sua relevância recomenda a obtenção de informações detalhadas sobre a evolução quantitativa das concessões, os critérios atualmente adotados, os atos normativos vigentes e os impactos administrativos decorrentes dessa política pública.

Salienta-se, que o presente requerimento não parte da premissa de que tenha ocorrido qualquer irregularidade. Seu objetivo é permitir que a Câmara dos Deputados disponha de informações oficiais, completas e atualizadas, para o adequado exercício da fiscalização parlamentar, bem como para subsidiar eventual aperfeiçoamento da legislação relacionada ao tema.

Outrossim, além dos dados estatísticos, pretende-se conhecer os critérios administrativos atualmente empregados, os procedimentos de instrução dos pedidos, o perfil dos beneficiários, a evolução histórica das concessões, e os estudos eventualmente produzidos pelo Poder Executivo acerca dos impactos dessas medidas sobre a execução penal e o sistema penitenciário nacional.

Pelo exposto, a disponibilização dessas informações contribuirá para ampliar a transparência da atuação administrativa e fortalecer o controle parlamentar sobre matéria de inequívoco interesse público, razão pela qual se espera o pronto atendimento do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de , de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO - Líder da Minoria

